

Outros sujeitos do conhecimento, novas histórias da antropologia: arquivos e memórias antropológicas¹

Christiano Key Tambascia

Tensionamentos, desestabilizações e multiplicação das histórias, dos sujeitos e dos fazeres da antropologia

A história da antropologia tem ocupado um espaço central no campo reflexivo sobre a prática antropológica. Em momentos de crítica sobre certas genealogias da disciplina, têm emergido diversos tensionamentos que desestabilizam histórias autorizadas sobre a circulação de ideias e de teorias, que tornam possíveis diferentes formas de narrar o passado e de produzir outras reflexões sobre o trabalho etnográfico. Essa perspectiva historiográfica dos passados celebrados ou esquecidos da antropologia ganha relevância, por sua vez, junto aos recentes estudos etnográficos de documentos e do arquivo, sobre os efeitos da reprodução das formas de contar sobre nossos ancestrais e a pertinência de seus trabalhos, mas também da proposta, no subjuntivo, de reimaginá-las no presente. Este texto buscará recuperar, de forma sintética, alguns dos debates sobre os reposicionamentos da história

1 Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na mesa redonda “Acervos documentais do ensino e da pesquisa em antropologia: sujeitos, lugares e redes”, ocorrida em 1 de dezembro de 2023, como parte das comemorações dos 70 anos de Reuniões Brasileiras de Antropologia (1953–2023), durante o evento “Fazer histórias da Antropologia pelo Brasil: experiências de pesquisa aqui e alhures”, organizado por Candice Vidal e Souza, Vinícius Kauê Ferreira e Miriam Pillar Grossi.

da antropologia, com o objetivo de apresentar um conjunto específico de arquivos antropológicos, depositados no Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas. Espera-se, neste percurso, indicar a importância da reflexão sobre os esforços contemporâneos de multiplicação das memórias e dos fazeres etnográficos, ao especular sobre como essas discussões podem ser materializadas na revisita das fontes históricas da disciplina, em um contexto de intensas transformações do campo acadêmico no Brasil.

As reflexões sobre o fazer antropológico costumam acompanhar olhares sobre a história da disciplina que articulam, de forma inseparável, a prática etnográfica e as contribuições teóricas daqueles sujeitos e de suas obras, que fundamentam a maneira como localizamos nossas próprias referências de trabalho. A história da antropologia, tal como produzida em alguns momentos importantes das transformações que caracterizam a disciplina, situam analiticamente o caráter autorreflexivo deste fazer científico. Essas mudanças também podem ser traçadas institucionalmente, considerando a importância da reprodução das maneiras de contar as contribuições daqueles sujeitos que reivindicamos como formadores de nossas imaginações antropológicas, sobretudo nos espaços de pesquisa e de ensino. Esta é uma historiografia (no sentido de que a própria história pode ser questionada em seu caráter produtivo e produzido) que, há décadas, nos permite entender a gênese do pensamento antropológico e, assim, repensar os pressupostos epistemológicos e compreender a política do conhecimento em antropologia, em geral problematizando a centralidade do trabalho de campo e da experiência social dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Trabalhos como de Adam Kuper (1978) e de George Stocking Jr. (1983, 1988a, 1988b, 1996), ou mesmo de Roberto Cardoso de Oliveira (1988), no contexto brasileiro, nos fornecem uma espécie de cartografia de paradigmas teóricos e inovações metodológicas que busca em figuras desta história certa maneira de entender nossa própria formação. Ainda que as informações biográficas e das trajetórias desses sujeitos que constituem a

bibliografia fundamental das disciplinas de antropologia, ou das monografias das pesquisas antropológicas, nem sempre sejam tema central desses trabalhos, parece haver um suposto compartilhado de que a experiência etnográfica ocupa lugar importante no desenvolvimento reflexivo sobre a persistência ou a mudança de modos de fazer antropologia, seja em relação a certas noções e debates a estas associados, como “estrutura” (Sigaud, 2007) ou “cultura” (Moore, 1996; Kuper, 2002), em relação à própria prática concreta da pesquisa (Robben; Sluka, 2012). Ou seja, desde ao menos a legitimação do modelo malinowskiano de pesquisa etnográfica, o trabalho de campo, mas também, evidentemente, o momento de recuperação dessa experiência, na sistematização analítica, tem sido mobilizado como um espaço de inflexão privilegiado para a crítica sobre a história da disciplina. Afinal, este é um momento em que os paradigmas científicos em antropologia emergem como problema analítico em uma espécie de atenção fenomenológica do processo de produção do conhecimento.

Entretanto, inclusive em obras que recuperam as histórias da antropologia que não têm pretensão de figurarem como biografias intelectuais, há exemplos suficientes para nos convenceremos da necessidade de nos debruçarmos nas evocações das memórias e nas reminiscências dos sujeitos, reveladoras do impacto da experiência social na formação de um projeto intelectual e mesmo em uma sensibilidade antropológica. Não parece ser coincidência que essas experimentações de caráter biográfico não tenham sempre ocupado um lugar central nos debates sobre o fazer antropológico, ou tenham ocupado um espaço relativamente marginal na historiografia consolidada. Esse é o caso das explorações sobre a experiência etnográfica africanista e a anamnese psicanalítica (Leiris, 2007), a reflexão sobre uma tradição de escrita de viagem e dos viajantes e o gênero memorialístico (Lévi-Strauss, 1996), as problematizações dos supostos naturalizados e não anunciados das interações em campo (Rabinow, 1977), as ponderações sobre o lugar das frustrações frente às expectativas da pesquisa (Barley, 1983), ou mesmo a desestabilização do próprio gênero de escrita etnográfica e

suas relações com o romance e a ficção (Bohannon, 1954), apenas para citar alguns exemplos.

Ao menos em uma perspectiva estadunidense, a revisita aos personagens e a suas obras também traça reflexões interessantes sobre o texto antropológico, possível uma vez que paradigmas teóricos e estratégias argumentativas acabam por figurar no estudo concreto e histórico dessas trajetórias. Esse é o caso da coletânea organizada por James Clifford e George Marcus (2016), que ajudou no desenvolvimento de diversas experimentações textuais que acompanham as críticas aos modelos holistas da antropologia modernista das gerações anteriores, de pretensões objetivistas ou, ao menos, de controle da subjetividade (seja esta de pesquisadores ou de interlocutores). No final do século passado, a poética e a política da escrita antropológica foram colocadas em foco, em grande parte pela preocupação histórica sobre o estatuto da noção de cultura e seu caráter simbólico e interpretativo (Geertz, 1988).

Tradições e escolas antropológicas, neste movimento de revisitação da institucionalização da disciplina, podem ser compreendidas historicamente, como as críticas ao contexto colonial, em que diversas antropologias foram produzidas, chamam atenção (o plural, aqui, ganha um sentido sensível na virada do século, com a multiplicação das possibilidades de contar estas histórias). Dessa forma, a antropologia desenvolvida em países europeus (ou nos Estados Unidos), mas sobretudo a teoria constituída nas monografias realizadas, considerando o hiato observado a partir de um distanciamento espacial e temporal do contexto de pesquisa e a escrita, informa, de maneira singular, as discussões desenvolvidas em países como o Brasil. A cartografia da antropologia desenvolvida no Brasil proposta por Mariza Peirano (1999), por exemplo, sugere situar tais debates e os contextos etnográficos de pesquisa em uma problemática que é evidenciada na reflexão sobre como o estudo da diferença, tomada como pedra fundamental da antropologia, ganhou contornos específicos neste país. Em um contexto de formação do próprio imaginário nacional, em que “outro” é interpelado

internamente, e não em relação com o mundo colonial, a geopolítica internacional do conhecimento torna precisa a própria história da disciplina feita aqui, em contraponto com os contextos europeu e estadunidense.

Não obstante os potenciais analíticos desse recontar da circulação de ideias, de teorias, de metodologias, mas também de pessoas, a autoanálise dessas maneiras de pensar a história da antropologia tem aberto caminhos para outros questionamentos, de sujeitos que interpelam sua prática desde outras perspectivas. Instigadas pela publicação da coletânea (e o que esta deixou de lado na crítica ao realismo etnográfico modernista) de Clifford e Marcus mencionada anteriormente, em 1986, Ruth Behar e Deborah Gordon (1995) propuseram pensar sobre outros temas da experiência concreta de se fazer antropologia, que incidem sobre a escrita de formas distintas daquelas desenvolvidas pelos autores acima mencionados. A corporalidade situada – uma experiência colocada à margem da normatividade científica, seja no debate institucional acadêmico, seja no contexto de pesquisa de campo, sugerem Behar e Gordon – produz experimentações de outra ordem, fazendo emergirem outras reflexões, outros personagens e mesmo outras histórias da(s) antropologia(s).

A experiência social, marcada por gênero, classe, raça e sexualidade (lista que também poderia se estender para relacionar outros marcadores, como geração, religião, deficiência), tomada por uma perspectiva crítica, nos permite pensar sobre a constituição de historiografias celebratórias ou então a ausência de genealogias alternativas, pouco conhecidas ou então esquecidas. O diálogo possível com as indagações autorreflexivas sobre o significado de produzir e performar ciência no mundo contemporâneo, tais como as propostas pelas teorias queer (Anzaldúa, 1987; Butler, 1990), ou então teorias crip (Kafer, 2013; Mello; Aydos; Schuch, 2022), atentas às normatividades do próprio fazer científico, chama atenção para os dispositivos analíticos e os pressupostos teórico-metodológicos da própria produção histórica das ciências. O que emerge, no tensionamento das possibilidades de fazer antropologia, é a chance de compreender a diversidade (mas

também as convergências) das historiografias sobre a disciplina – processo tão mais incisivo quanto mais são multiplicados os sujeitos que a fazem.

Em antropologia, por exemplo, intelectuais negros e indígenas têm proposto novas genealogias dos debates teóricos, em conjunto com o questionamento das ementas dos cursos de formação, sobretudo nas últimas décadas, concomitante com as mudanças ocasionadas com políticas afirmativas e de cotas nas últimas décadas (Carvalho, 2022). O estudo da diferença, nesse sentido, ganha outras possibilidades de reflexão como fundamento do trabalho antropológico, com a desestabilização das ideias sobre o processo de produção do conhecimento, concebido como situado e parcial (Haraway, 1995). Essa é a provocação que intelectuais negros e negras têm feito recentemente (Pereira, 2020; Ratts, 2022; Basques, 2023; Damaceno, 2020), interseccionando experiência social e produção acadêmica. Mas tem sido evocada também para pensar outras narrativas sobre passados conhecidos e desconhecidos. O que poderia mudar, nas maneiras de evocar a trajetória intelectual de nomes como Ruth Benedict, ao ponderarmos sobre os desafios enfrentados em sua pesquisa etnográfica e seu trabalho docente em decorrência de sua surdez? Essas são provocações que Mello (2019) direciona à historiografia da antropologia, ao considerar a quebra dos pressupostos de uma relação universalista entre o contexto pesquisado e a corporeidade sensorial da pesquisadora, que vê, (não) ouve e, também, escreve.

Mariza Corrêa (2003) interpela criticamente certa história da antropologia e propõe pensá-la por uma inflexão de gênero, destacando os casos das antropólogas esquecidas, bem como o lugar que as esposas de antropólogos ocupam na memória do fazer científico, geralmente invisibilizadas nas narrativas sobre a contribuição de seus maridos para os debates acadêmicos. De forma similar, a coletânea organizada por Peggy Gold (1970) recupera os debates sobre os problemas da pesquisa de campo, no caso das antropólogas, sugerindo ser esta uma história em grande medida não contada e não problematizada. A reflexão sobre o corpo da antropóloga, sugere Sil Nascimento (2019), lócus para compreender as implicações no campo, torna fundamental considerar as formas de negociação – e mútua

compreensão classificatória – entre os sujeitos durante a pesquisa etnográfica, que podem incluir o lugar da vulnerabilidade nesse processo. Esse é o caso relatado por Rosana Castro (2022), em que raça, gênero e sexualidade, materializados no corpo da antropóloga que realiza etnografia, expõem as complexidades da produção do conhecimento antropológico, seja tomando o próprio campo acadêmico como espaço de disputas sobre o silêncio sobre os efeitos dessa experiência ou, então, na explicitação das hierarquias e violências que se pretende entender.

Os exemplos, nos últimos anos sobretudo, são exponencialmente mais numerosos. Entretanto, o que interessa destacar destas contestações quanto à produção da história da antropologia é o caráter ao mesmo tempo teórico, estético e político das novas maneiras de pensar sobre a prática antropológica atualmente. Apontar para percursos historiograficamente implicados, por sua vez, deve acompanhar a investigação das fontes sobre essas narrativas. O arquivo antropológico, propõe Cunha (2005, 2014), não pode ser considerado fonte de evidência da história, mas é também, este próprio, passível de pesquisa etnográfica. Afinal, como nos alerta Trouillot (2016), aquilo que é considerado fonte a ser preservada já nos conta muito sobre os silenciamentos ou as celebrações da história, bem como sobre as formas como acessamos os arquivos. Por outro lado, Stoler (2002), ao interpelar os arquivos (no caso, coloniais) de forma etnográfica, não apenas nos mostra que os silêncios arquivísticos são significativos, mas que estes próprios podem ser pensados como tecnologias de poder que produzem políticas de controle da informação e, portanto, de produção de governos, bem como de conhecimento (Stoler, 2010). Gostaria, a seguir, de tomar um caso específico sobre a produção de arquivos da antropologia, de uma instituição de guarda de acervos etnográficos e biográficos, para iluminar como estas considerações epistemológicas e políticas sobre a produção de narrativas sobre as pessoas que fazem antropologia devem ser compreendidas nesse contexto tensionado da história da disciplina.

Os acervos antropológicos do Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp)

Desde sua fundação, em 1974, o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) tem abrigado acervos sobre história da cultura, sobre movimentos sociais, história da política e dos partidos, sobre história intelectual, entre outros temas que têm interessado a diversos pesquisadores das ciências humanas. Entretanto, no caso específico de acervos da história da antropologia, foi a antropóloga Mariza Corrêa (1945-2016), professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, onde o arquivo está localizado, que primeiro estimulou a criação de fundos e coleções deste campo do conhecimento. Corrêa já havia desenvolvido pesquisas sobre uma história da antropologia pouco debatida: o livro resultante de sua tese de doutorado (Corrêa, 1998), recupera o lugar dos debates sobre raça, na virada do século XIX para o XX, para uma geração de antropólogos, que atuou em torno do médico e antropólogo Nina Rodrigues (1862-1906) e seu legado, em um momento em que a própria disciplina ainda não estava institucionalizada da maneira como a concebemos atualmente. Entretanto, foi com o desenvolvimento da pesquisa ligada ao Projeto História da Antropologia no Brasil (PHAB), iniciado em 1984 e que ocupou parte considerável de seus esforços analíticos, bem como de constituição de uma rede de interlocutores preocupados com a história da disciplina, que Corrêa ajudou a consolidar uma agenda reflexiva sobre os personagens celebrados e ignorados do fazer científico, além de ter também formado um importante acervo antropológico. Ao longo dos anos, Corrêa reuniu um acervo considerável, doado pelos intelectuais que entrevistou no âmbito das pesquisas do PHAB e que depositou no AEL para preservação.

A antropóloga estimulou a doação de acervos documentais das trajetórias acadêmicas, mas também de material de pesquisa, que resultaram em fundos criados nos nomes de Donald Pierson (1900-1995), de Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) e de Herbert Baldus (1899-1970), figuras de destaque na história da antropologia feita no Brasil. Entretanto, o

PHAB possibilitou a criação de outros fundos e coleções, com destaque para o acervo institucional da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Corrêa, que havia sido presidente da ABA entre 1996 e 1998, intermediou um convênio com a Unicamp, para que os documentos da Associação pudessem ser regularmente remetidos ao AEL, depositário desta memória institucional, que está prestes a completar setenta anos. Além disso, o trabalho de Corrêa, bem como o de diversos de seus estudantes, ajudaram na doação de outros acervos ao longo dos anos, como de Antonio Augusto Arantes, de Peter Fry, de Verena Stolcke (os três, fundadores do Departamento de Antropologia da Unicamp, no começo da década de 1970), mas também de Mauro Almeida, de Regina Müller, de João Bastos de Ávila, entre outros. São, assim, acervos antropológicos pessoais e institucionais. Em 2019, foi criado um fundo no AEL no nome da própria Mariza Corrêa, o qual recebeu os documentos de suas pesquisas, sobre história da antropologia, mas também sobre seus estudos de gênero e sexualidade. Esses dois conjuntos, longe de remeterem a duas áreas distintas de atuação, separadas, expressam as convergências das maneiras criativas e críticas de refletir sobre a prática desta disciplina (Corrêa, 2013; Tambascia; Rossi, 2018).

O acervo antropológico e etnográfico que o AEL abriga atualmente parece ter um grande potencial para refletir sobre a formação da antropologia no Brasil, considerando a atuação desses sujeitos, mas também o efeito que a reunião dessa documentação teve na formação de outras coleções. Se parte significativa dos acervos no AEL, de fato o núcleo que depois encorajou a incorporação de novos conjuntos documentais, remete ao Projeto História da Antropologia no Brasil, coordenado por Mariza Corrêa nos anos 1980, mas que continuou de uma forma ou de outra nos projetos que ela desenvolveu ao longo da vida, o próprio PHAB estimulou as pesquisas de diversos outros intelectuais, embora não estejam oficialmente ligados ao projeto. À época de maior atuação de Corrêa, o trabalho feito por meio de interlocução colaborativa ao redor do PHAB resultou em diversas teses e dissertações. Atualmente, essa produção tem sido retomada com novas pesquisas e novos sujeitos, inclusive voltadas(os) para o arquivo de Corrêa

(Serafim, 2023a). Acervos de intelectuais (diversos não necessariamente relacionados ao mundo acadêmico) e coletivos negros, LGBTQIA+, de movimentos sociais e coletivos culturais, foram criados recentemente, em parte pela atuação de professores e pesquisadores, em parte pela demanda de um corpo discente que, até recentemente, era minoria nas instituições de ensino superior no Brasil, em parte pela procura dos próprios titulares dos acervos, que têm encontrado na universidade pública um espaço de abrigo a outras formas de conhecimento e de expressão social que parece começar a não ser apenas tema de pesquisa, mas que, ao mesmo tempo, ainda sintetiza saberes e existências marginalizadas (Santos; Silva, 2022; Rodrigues; Silva; Ramos, 2022). O projeto “Fontes negras no AEL: criação de catálogo seletivo de pesquisa sobre a história social dos negros”, coordenado pelo sociólogo e atual diretor acadêmico do AEL, Mário Medeiros, é um exemplo do trabalho que tem organizado a preservação de uma memória negra no Brasil. Esses acervos configuram-se como fonte de pesquisa inestimável para uma nova geração de estudantes nos cursos de graduação e de pós-graduação, muitos deles ingressantes através de políticas afirmativas e de cotas, o que deve ser ressaltado.

No caso dos fundos mais diretamente relacionados à história da antropologia depositados no AEL, estes têm sua origem, em grande medida, com a doação de documentos e a reunião de memórias e depoimentos de uma geração que testemunhou e participou de um período fundamental da reorganização do sistema de ensino superior e de pesquisa em antropologia no Brasil, antes e depois da reforma universitária nos anos 1960 e 1970 (processo também sentido nas reconfigurações das Reuniões da ABA). Entretanto, uma série de outros fundos e coleções foi aos poucos sendo constituída. Cito alguns à época da Mariza Corrêa, para depois ponderar sobre outros acervos mais recentes.

O fundo de Roberto Cardoso de Oliveira, que veio da doação (em várias etapas, até o final de sua vida) do seu arquivo ao AEL, já exemplifica a potência da conservação de uma memória, que é da trajetória de um personagem central na configuração atual da prática antropológica no Brasil,

mas é também fonte de conhecimento para circulação de pessoas e de ideias, já que ajuda a retratar as redes institucionais e de colaboradores de Cardoso de Oliveira, tanto nacionais como internacionais (Serafim, 2022, 2023b; Samain; Mendonça; Cardoso de Oliveira, 2000). Se lá estão reunidos os diários de campo, os rascunhos de obras hoje centrais na formação de estudantes e pesquisadores, estão também as cartas trocadas entre ele e outras pessoas que, como sugere Amanda Gonçalves Serafim, que defendeu uma dissertação sobre esse acervo (Serafim, 2021a), tornam impossível estabelecer fronteiras entre trabalho intelectual e amizade, com antropólogos e antropólogas de sua geração, que foram seus alunos, no Brasil e no exterior. Logo, este material epistolar ajuda a recuperar as redes, das quais RCO participou, entre Universidade de Brasília, Museu Nacional do Rio de Janeiro e Unicamp, ou entre Brasil e EUA (sobretudo com o projeto Harvard Brasil Central), Brasil e México (com a parceria com Guillermo Bonfil Batalla e a relação com o CIESAS), Brasil e Espanha (Serafim, 2021b). A relação com intelectuais como David Maybury-Lewis (1929-2007), somente para dar um exemplo, conjuga, a um só tempo, colaborações sobre pesquisas etnológicas, amizade entre duas famílias em grande medida nucleadas na atividade antropológica, mas também parcerias institucionais. O projeto Harvard Brasil Central, núcleo importante de como essa interlocução desenvolveu-se, possibilitou a discussão sobre temas de pesquisa, como fricção interétnica, política indigenista, mas também a criação de redes de colaboração com outros antropólogos, com Roberto DaMatta ou Julio Cesar Mellati, por exemplo, também pesquisadores associados ao projeto.

Este não é o único acervo reunido em decorrência do PHAB. É possível mencionar também o fundo de Herbert Baldus, figura central no campo da etnologia no Brasil, além de diretor do Museu Paulista, mas também de Donald Pierson, sociólogo estadunidense que ajudou a formar toda uma geração de cientistas sociais no país, ambos professores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Estes são acervos que, de forma muito interessante, também instanciam outras redes e certa mudança de rumo nas pesquisas da Mariza Corrêa, que estabeleceu uma relação de amizade

com Pierson, que nos anos 1980 já estava de volta aos EUA, depois de ficar anos ensinando e pesquisando no Brasil na primeira década do século passado. Corrêa também criou uma relação de interlocução e amizade com Helen Pierson, pouco mencionada nessa cosmogonia da disciplina e na trajetória de vida de seu marido, mas que se revelou fundamental para esse processo e essa história; afinal, foi com o apagamento da participação de Helen Pierson nos projetos de seu esposo, considerando seu papel na formação de diversos estudantes na Escola de Sociologia e Política, bem como no esquecimento de outros nomes de antropólogas ou esposas de antropólogos, como de Dina Dreyfus (que, durante sua estadia no Brasil na década de 1930, era casada com Claude Lévi-Strauss), que Corrêa calibrou seus interesses pela história da antropologia, em uma inflexão de gênero – de fato juntando os dois campos de sua atuação, sobre a história da disciplina e sobre os estudos de gênero (Tambascia; Rossi, 2018). Essa lente de leitura sobre a constituição das narrativas sobre a antropologia no Brasil permite relacionar esse processo com os próprios debates críticos mais recentes, na antropologia e na história, sobre como interpelar as fontes: o que contam, o que deixam de contar, como contam e, o que é importante destacar, como poderiam contar outras histórias.

Ainda é muito recente a presença de outros sujeitos que não faziam antropologia até pouco tempo atrás ou, mais ainda, estavam interessados em fazer sua história. Mas o que Mariza Corrêa, assim como outras pesquisadoras e pesquisadores têm proposto em relação à crítica historiográfica que aponta para a trajetória social como um lócus privilegiado de análise do passado, inclusive estimulando a criação de memórias de personagens femininas em antropologia, tem ampliado os esforços por recuperar memórias e estimular outras iniciativas, por outras perspectivas. O projeto “Outros olhares sobre a História da Antropologia”, coordenado por Miriam Grossi na Universidade Federal de Santa Catarina, reúne depoimentos de antropólogas que atuam no Brasil e no Sul Global. O projeto “Historiografias da Antropologia”, coordenado por Peter Schröder e Roberta Bivar, na Universidade Federal de Pernambuco, tem buscado

apresentar antropologias não hegemônicas no Brasil, bem como a produção antropológica feita no Nordeste, ou então recuperar a relação entre a disciplina e os museus. Outros exemplos mostram a diversidade de interações à historiografia da antropologia no contexto nacional.

Em um momento de intensas mudanças nas universidades públicas, é preciso mencionar os cada vez mais numerosos trabalhos etnográficos feitos sobre os arquivos e documentos, por sujeitos indígenas. No caso da Unicamp, que implementa há alguns anos o vestibular indígena, bem como formas de política de acesso à pós-graduação para estudantes indígenas, existem pesquisadores que têm olhado para os acervos da antropologia com perguntas bastante diferentes das que geralmente eram feitas até então. Tais acervos ajudam a contar uma história dos antepassados, ou da cultura, com um olhar voltado às lutas do presente, que se organiza na certeza de que memória e território não podem ser pensados separadamente. Esse movimento deve ser compreendido à luz dos debates sobre as leituras cosmopolíticas da história, contrapondo-se às tentativas de lutar contra desigualdades e violências do presente, com o desafio de acessar das histórias do passado naquilo que não está explícito ou óbvio, em um conhecimento outro que implica outras relações com o mundo (Kopenawa; Albert, 2015; Krenak, 2019). Ou seja, trata-se de ter outras narrativas tensionadas pelas desigualdades da história, ou do próprio arquivo que se inicia, é evidente, com a decisão sobre o que merece ser preservado. O arquivo do Hip Hop, depositado no AEL, de maneira semelhante, tem encorajado estudantes a pensarem sobre memória cultural e luta política das populações afrodescendentes. Esse é um processo em andamento, mas que merece ser acompanhado de perto no atual contexto.

O fundo da ABA depositado no AEL, que consiste na reunião da documentação da atuação da Associação Brasileira de Antropologia, desde sua criação, há sete décadas, parece colocar em outra escala essas relações e redes de pessoas, espaços e saberes. Com a pesquisa da documentação do fundo, podemos entrever o processo da atuação da ABA em diversos momentos importantes da história social, cultural e política brasileira,

frequentemente de uma posição crítica e também analítica (Lassali; Serafim; Tambascia, 2019). Processos de demarcação de terras, estudos de impactos socioambientais produzidos com os projetos de desenvolvimento em diversas regiões do país, os debates sobre despatologização da sexualidade, a tensão de um fazer científico no período da ditadura, a consolidação de novas agendas de pesquisa em antropologia e, não menos importante, porque são momentos fundamentais dessas articulações, as organizações e as realizações das RBAs, são apenas alguns exemplos de arquivos cujo estudo permite uma dupla leitura: da história da antropologia no Brasil, por intermédio de sua maior e mais antiga associação; mas também das complexidades e desigualdades no país, não apenas pesquisadas, mas palco de posicionamentos críticos por parte de antropólogos.

É importante mencionar, especificamente no âmbito do AEL, dois outros projetos, que são mais recentes. O projeto “Constituindo arquivos: a produção da memória para a história da antropologia através do colecionismo de Nimuendaju e Fagg”, coordenado por mim, ajudou a organizar acervos de antropologia já existentes, mas também criar outros fundos e outras coleções. O projeto “Historiografia da Antropologia”, coordenado por Luís Felipe Sobral, atualmente busca desenvolver um campo de discussões instituídas por Corrêa na Unicamp. Ambos os projetos contaram com financiamento da FAPESP e possibilitaram a obtenção de recursos e bolsas de pesquisa para trabalho com diversos acervos antropológicos, trazendo à tona a pertinência do estudo da memória de pessoas e de instituições. Conforme mencionado, foram incorporados mais recentemente os acervos de Verena Stolcke, de Peter Fry, de Antonio Augusto Arantes, que já merecem atenção de jovens pesquisadores que buscam não apenas compreender os processos de produção de um conhecimento antropológicos sobre as trabalhadoras do café, ou sobre os desafios do ensino de antropologia, ou sobre literatura de cordel (exemplos dos temas tratados pelos fundadores do Departamento de Antropologia da Unicamp), mas também os entrelaçamentos das trajetórias destes e de outros sujeitos neste contexto. O acervo de Mauro Almeida, antropólogo e professor aposentado da

Unicamp, permite contar sua trajetória de pesquisa entre seringueiros no Acre, mas também um momento importante dos debates ambientalistas na Amazônia no final do século passado. O acervo de Regina Müller, antropóloga e professora do Instituto de Artes da Unicamp, que realizou pesquisas sobre os Asurini e os Xavante no Xingu, configura-se como um precioso material de pesquisa sobre etnologia e arte. O próprio acervo da Mariza Corrêa, por fim, merece ser destacado, uma vez que, ao ser pesquisado, parece realinhar seus esforços por desenvolver uma história da disciplina em uma espécie de espiral que se volta a si. Estão sendo desenvolvidas diversas pesquisas, de Iniciação Científica, de Mestrado e de Doutorado sobre estes acervos no AEL. Apenas para citar as atuais, são pesquisas da mencionada Amanda Gonçalves Serafim, de Felipe Nery Alves Pinto, de Isaura de Aguiar Maia Cezário, de Kaléo de Oliveira Tomaz, de Luisa Registro Fonseca, de Sofia Guedes Schulte Ulguim, de Luiza Venancio Mazieri e de Isabella Grizotti Trevine.

Vale ressaltar que os acervos antropológicos não são os únicos que interessam para a pesquisa e o ensino de antropologia atualmente. Se ainda são relativamente poucos estudantes e pesquisadores que estudam esses acervos, este número tem aumentado; igualmente isso parece acontecer em outras instituições de ensino e pesquisa, onde pesquisadores têm consultado os arquivos com perguntas renovadas. Esses sujeitos têm proposto questões antropológicas para outros acervos documentais, não necessariamente etnográficos. Esse processo, é importante lembrar, tem acontecido concomitantemente à entrada de diversos estudantes (muitos dos quais futuros pesquisadores) que têm questionado as ementas de disciplinas e os delineamentos das pesquisas antropológicas nos moldes contemporâneos, inclusive indicando a importância de ampliar as maneiras de ensinar a história da antropologia e sua prática.

Ressalta-se que esse processo de mudanças gera tensionamentos, mas também aponta para alguns futuros possíveis que é fundamental compreender. É inegável que, na diversidade de abordagens e objetivos, tais iniciativas compartilham do pressuposto da importância da preservação da

memória, bem como do esforço de formar acervos, antropológicos ou não. Estão sendo delineadas novas maneiras de contar uma história da antropologia no Brasil; entretanto, o que é igualmente importante, os seus limites são desafiados. Apontam-se lacunas historiográficas; mas, sobretudo, esse processo tem permitido refletir sobre a história, a partir de suas fissuras, das coisas que foram preservadas, ainda que por lógicas e intenções distintas daquelas dos sujeitos interlocutores ou que interpelam os arquivos. Essas experimentações convidam outros olhares e outras perguntas para aqueles que criticam os limites das fontes e das narrativas produzidas e reproduzidas. Essas memórias ajudam a repensar a atuação da própria disciplina, na pesquisa ou no ensino, em sua diversidade.

Tomar esses arquivos, mas também sua pesquisa, não como evidências acabadas do passado, mas como instancias de gestos e engajamentos, torna o acesso a esse passado uma questão estimulante, muitas vezes imprevisível. O AEL tem recebido novos pesquisadores, mas também estudantes do ensino médio, prestes a prestar vestibular e escolher suas trajetórias acadêmicas; além destes, recebe adolescentes internos da Fundação Casa, que são apresentados a acervos que os interpelam. Essas pessoas não necessariamente irão cursar ciências sociais, ou mesmo antropologia, quanto mais irão pesquisar história da antropologia; entretanto, poderão ajudar a pensar como repensar a história da antropologia e, ainda, a desestabilizar as posições não explicitadas, mas supostas, daqueles que produzem ciência e daqueles que são pesquisados.

María Eugenia Cotera (2008), ao recuperar as trajetórias de três mulheres que fizeram parte do campo antropológico estadunidense nas primeiras décadas do século passado, mas que permaneceram alocadas em posições marginais desta história, nos fornece pistas importantes. Ella Deloria, Zora Neale Hurston e Jovita González, etnógrafas não brancas, que estabeleceram relações de trabalho e de interlocução com nomes reconhecidos da antropologia daquele período, apenas recentemente começaram a ter suas obras recuperadas. O esquecimento dessas mulheres, que realizaram trabalhos importantes sobre populações dakota, sobre comunidades

negras no sul dos EUA, sobre chicanos nos subúrbios de grandes cidades estadunidenses, parece reforçar toda a violência da marginalização enfrentada durante a vida. Sem ocupar posições institucionais estáveis no mundo acadêmico, também parecem ter sofrido com uma posição ambígua, um entrelugar entre a ciência que almejavam e os meios de onde vieram e que tomaram como tema de pesquisa (ainda que essas dificuldades tivessem produzido soluções criativas, embora criticadas à época, de análise). Cotera (2008) sugere uma correlação entre esquecimento e a impossibilidade de pertencimento e de localização de suas trajetórias e de suas obras em um meio acadêmico intensamente regrado: Deloria, Hurston e González foram etnógrafas das realidades sociais próximas de suas próprias origens; nesse sentido, não foram “nativas” o suficiente – preço a pagar para uma inclusão parcial no campo científico, mas também nunca puderam ser reconhecidas como antropólogas plenas, não distanciadas o suficiente daquele universo que buscaram compreender. Algumas das formas de enfrentar essa dupla maldição está posta: a multiplicação dos sujeitos que fazem antropologia e que procuram dar outros caminhos para contar essa trajetória.

Referências

ANZALDÚA, G. E. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BARLEY, N. *The Innocent Anthropologist: Notes from a Mud Hut*. Long GroveL: Waveland Press, 1983.

BASQUES, M. Vozes negras na Antropologia: breve história de um projeto antirracista. *Novos Debates – Fórum de Debates em Antropologia*, v. 8, n. 2, p. 1-24, 2023.

BEHAR, R; GORDON, D. (org.). *Women Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.

BOHANNAN, L. *Return to Laughter: an anthropological novel*. New York: Harper, 1954.

BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge, 1990.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

CASTRO, R. Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico. *Revista de Antropologia*, v. 65, n. 1, p. e192796, 2022.

CARVALHO, J. J. Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. *Mana*, v. 28, n. 3, p. e2830402, 2022.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (org.). *A Escrita da Cultura: Poética e Política da Etnografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens, 2016.

CORRÊA, M. *As ilusões da liberdade: a Escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CORRÊA, M. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CORRÊA, M. *Traficantes do Simbólico e Outros Ensaio Sobre a História da Antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

COTERA, M. E. *Native Speakers: Ella Cara Deloria, Zora Neale Hurston, Jovita González and the Poetics of Culture*. Austin: University of Texas Press, 2008.

CUNHA, O. M. G. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*, n. 36, p. 7-32, 2005.

CUNHA, O. M. G. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2014.

DAMACENO, J. Os Segredos de Virgínia: intelectuais negras e relações raciais na São Paulo dos anos 1940-1950. In: PINTO, A. F. M.; CHALHOUB, S. (org.). *Pensadoras Negras: Brasil, Séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Traço Fino, 2020. p. 287-308.

GEERTZ, C. *Works and Lives: The Anthropologist as Author*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

GOLDE, P. *Women in the Field: Anthropological Experiences*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1970.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 03 abr. 2024.

KAFER, A. *Feminist, Queer, Crip*. Indianapolis: Indiana University Press, 2013.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUPER, A. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1978.

KUPER, A. *Cultura: a Visão dos Antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

LASSALI, T. F.; SERAFIM, A. G.; TAMBASCIA, C. K. Do porão à primavera: história da antropologia no Brasil e protagonismo político no acervo da Associação Brasileira de Antropologia. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*, v. 1, n. 1, p. 141-156, 2019.

LEIRIS, M. *A África Fantasma*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MELLO, A. G. *Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue*. 2019. 260 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

MELLO, A. G.; AYDOS, V.; SCHUCH, P. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. *Horizontes Antropológicos*, ano 28, n. 64, p. 7-29, set./dez. 2022.

MOORE, J. D. *Visions of Culture: An Introduction to Anthropological Theories and Theorists*. Lanham,: Alta Mira Press, 1996.

NASCIMENTO, S. S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019.

PEIRANO, M. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Antropologia (volume I). São Paulo; Brasília: Editora Sumaré; ANPOCS; CAPES, 1999. p. 225-266.

PEREIRA, L. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descenramentos nas ciências sociais brasileiras. *Revista de Antropologia*, v. 63, n. 2, p. e170727, 2020.

RABINOW, P. *Reflections on Fieldwork in Morocco*. Berkeley: California University Press, 1977.

RATTS, A. O lugar de Lélia Gonzalez na antropologia brasileira. *Mana*, v. 28, n. 3, p. 1-34, 2022.

ROBBEN, A. C. G. M.; SLUKA, J. A. (ed.). *Ethnographic Fieldwork: An Anthropological Reader*. Hobonken: Wiley-Blackwell, 2012.

RODRIGUES, A. C.; SILVA, M. A. M.; RAMOS, P. C. Arquivo e Memória Negra: a documentação do movimento negro no Arquivo Edgard Leuenroth/CEBRAP-AFRO. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional*, v. 3, p. 110-138, 2022.

SANTOS, J. L.; SILVA, M. A. M. Archives of Hip Hop and Black Activism in Brazil. *Nacla Report on the Americas*, v. 54, n. 2, p. 209-216, 2022.

SAMAIN, E.; MENDONÇA, J. M.; CARDOSO DE OLIVEIRA, R. C. Entre a escrita e a imagem. Diálogos com Roberto Cardoso de Oliveira. *Revista de Antropologia*, v. 43, n. 1, p. 185-236, 2000.

SERAFIM, A. G. *Abrços do Velho*: Roberto Cardoso de Oliveira e a construção de um projeto de antropologia. 2021. 241f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2021a.

SERAFIM, A. G. As relações México-Brasil através da trajetória de Roberto Cardoso de Oliveira. In: FERRERO, L.; RESTREPO, E. (org.). *Memorias del VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología*. Montevideo: Asociación Latinoamericana de Antropología, 2021b. p. 143-152.

SERAFIM, A. G. O Fundo Roberto Cardoso de Oliveira e as várias histórias da antropologia no Brasil. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*, v. 5, p. 1-41, 2022.

SERAFIM, A. G. Meus encontros com Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, v. 69, p. e236903, 2023a.

SERAFIM, A. G. As relações entre a antropologia e os arquivos vista através do Fundo Roberto Cardoso de Oliveira. *Temáticas*, v. 31, p. 116-146, 2023b.

SIGAUD, L. Doxa e crença entre os antropólogos. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 77, p. 129-152, mar. 2007.

STOCKING, G. (ed.). *Observers Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork*. Madison: University of Wisconsin Press, 1983.

STOCKING, G. (ed.). *Malinowski, Rivers, Benedict and Others: Essays on Culture and Personality*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988a.

STOCKING, G. (ed.). *Functionalism Historicized: Essays on British Social Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988b.

STOCKING, G. (ed.). *Volksgeist as Method and Ethic: Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition*. Madison: University of Wisconsin Press, 1996.

STOLER, A. L. Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*, v. 2, p. 87-109, 2002.

STOLER, A. L. *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

TAMBASCIA, C. K.; ROSSI, G. Sidetracks: Mariza Corrêa e a história da antropologia no Brasil. *Cadernos Pagu*, v. 54, p. e185407, 2018.

TROUILLOT, M. R. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: huya, 2016.